

A educação em 1985

5 JAN 1986

Em nosso primeiro editorial dedicado, em 1985, aos problemas da educação, insistíamos, antes de tudo, na urgente necessidade da aplicação da emenda do senador João Calmon, por ser preciso carrear, inadiavelmente, para o ensino — referíamos-nos, especificamente, ao ensino elementar — as verbas imprescindíveis para que não se agravassem, ainda mais, problemas como os da evasão escolar, do analfabetismo, total ou funcional, enfim, das carências culturais mais gritantes de imensas camadas de nossa população que, sem o preparo adequado, continuam ainda, às vésperas do século XXI e em plena “revolução da informática” (que, aliás, a SEI está atrasando no País), vivendo num universo semiprimitivo.

Finalmente, em julho, a lei regulamentando a emenda Calmon foi sancionada pelo presidente da República, o que significa que, em 1986, as verbas destinadas ao ensino, especialmente no âmbito federal, em que elas vinham decrescendo significativamente, serão substancialmente reforçadas. Em termos nacionais, foi essa, sem dúvida, a medida de maior importância nos domínios do ensino. Complementar a tal medida foi, primeiro, a reformulação do Mobral, dando-lhe características novas para enfrentar o problema do analfabetismo não só dos adultos (e com resultados mais do que precários), mas em geral; em seguida, sua extinção e imediata substituição por um órgão específico, a Fundação Nacional para a Educação de Jovens e Adultos — Educar —, cuja atuação procuraremos acompanhar de perto, na esperança de que não represente, apesar de sua concepção bem mais inteligente, um novo malogrado, como o Mobral. Em conexão com o novo programa, cabe ainda destacar, pelo menos no domínio

das intenções, a resolução de atacar seriamente os problemas do ensino supletivo, assunto de que tratamos, juntamente com o anterior, em recente editorial.

Sem sair do âmbito federal, cabe também um destaque negativo, não no plano genérico da educação ou no específico do ensino, mas em plano afim. Trata-se da criação do Ministério da Cultura, órgão na melhor das hipóteses inútil, como acentuamos em mais de um editorial (p. ex., a 24 de março e a 12 de maio), e cujas maiores façanhas ficaram no nível da “broa de milho” e semelhantes. Com muito boa vontade talvez se consiga descobrir uma função para esse ministério que quase não se conseguia preencher: com sua existência separada do Ministério da Educação, as verbas constitucionalmente destinadas ao ensino parecem não correr o perigo de ser desviadas para algumas discursivas “atividades culturais”, à moda do que tem acontecido em muitas municipalidades para as quais “tudo é cultura” — e cultura sinônimo de ensino...

Ressalvados os aspectos positivos que arrolamos — e com mais uma ou outra exceção, como é o caso da escolha do reitor da USP, de que ainda falaremos —, não há muito a provocar entusiasmos no desenrolar dos acontecimentos ligados ao ensino no ano findo. Houve greves em universidades, manifestações sindicais e “participacionistas”, o nível do ensino continuou baixo, tudo dentro do que já se transformou em rotina.

Voltando agora os olhos para o nosso Estado, verificaram-se alguns acontecimentos especialmente lamentáveis, como os que envolveram, em fevereiro e março, a Unimep, francamente voltada para a ideologização do ensino, e que serviram para mostrar que o Con-

selho Episcopal da Igreja Metodista se transformou numa espécie de CNB do B, emparelhando-se com a CNBB no mesmo primarismo ideológico que se reflete na chamada “teologia da libertação”. Lamentável também o que aconteceu na Universidade Mackenzie, em que houve sérias irregularidades — o caso das “transferências por computador” — e que, em lugar de levarem à necessária punição dos responsáveis (afinal, o que aconteceu com o inquérito administrativo que o CFE ia instaurar?), levaram à demissão do reitor que denunciara os fatos delituosos e se negara a compactuar com eles.

Ainda no que diz respeito às nossas universidades, tivemos, em face da indesculpável omissão da Justiça, a consagração de fato das violações do Direito cometidas na Unesp pelo governador Montoro. Que o governador, movido por interesses políticos, tenha mandado às urtigas a autonomia da universidade, é muito grave; muito mais grave, entretanto, foi a inação da Justiça, que, em junho, arquivou mandado de segurança contra ato do sr. Franco Montoro, sem “apreciação do mérito”. Para salvar a face da Justiça, em matéria universitária, só recordando a decisão do juiz de Direito da República de Taubaté contra a ilegal “lei de tutela” do prefeito e da Câmara Municipal, assunto de que tratamos várias vezes, desde abril de 1983.

Não se poderá esquecer, igualmente, agora no ensino de 1º e 2º graus, a atuação ideológica da Secretaria da Educação da prefeitura, que ficou mais do que patente na realização dos concursos de acesso para diretores das escolas municipais, bem como, em setembro, o verdadeiro “acinte pedagógico” representado por um “livro didático” de português, destinado

a crianças e adolescentes e escrito com o objetivo evidente de auxiliar no trabalho pertinaz de solapamento de alguns dos valores mais caros de nossa tradição cristã-ocidental. A essa desnaturação do livro didático dedicamos dois editoriais, tratando do *cafajestismo intelectual*, um dos instrumentos a serviço da ideologização do nosso ensino. Ideologização que continua a desgastar, igualmente, as nossas universidades, menos, aliás, as oficiais do que as confessionais, estas, cada vez mais, substituindo, com incomparável pobreza de imaginação e de espírito (será que acreditam mesmo que o “reino dos céus”, no caso bem tereno, pertence aos pobres de espírito?), a confissão cristã pela marxista-leninista.

Terminemos falando da USP, que, apesar de tudo, continua, pelo seu papel histórico, pelo seu patrimônio e pelas suas possibilidades, sendo a nossa maior esperança em matéria universitária. O Conselho Universitário da instituição, dentro das suas prerrogativas e sem atrelar-se, nas suas decisões, às “eleições comunitárias”, que não têm amparo algum na lei, elaborou a lista sêxtupla para a escolha do novo reitor, colocando, na sua cabeça, o nome do ilustre cientista professor José Goldemberg, que foi o escolhido pelo governador. O professor Goldemberg quer dar tudo de si para “reerguer a USP” — título do documento em que resumiu suas idéias acerca do que é preciso fazer na maior universidade brasileira. E, com o prof. Goldemberg no comando, a USP poderá iniciar 1986 sob o signo da esperança. O que há de significar muito não só para ela, mas para todo o ensino e a pesquisa na universidade brasileira, na exata medida em que a USP pode influir — e realmente influi — sobre esta.